

Análise comparativa entre o projeto político pedagógico do curso de ciências contábeis, de uma universidade estadual do Paraná e os requisitos para o concurso de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil

Comparative analysis among the pedagogic political project of the accounting sciences course, of a Paraná state university and the requirements for the Brazil federal revenue tax auditor exam

Eduardo Alves Gomes¹

Glauca Daniela Dias²

Deisy Cristina Corrêa Igarashi³

José Braz Hercos Junior⁴

Resumo

O curso de Ciências Contábeis proporciona aos seus egressos um leque de atividades que podem ser desenvolvidas por um profissional da área, mas pesquisas realizadas têm evidenciado uma demanda pela área pública. Este estudo tem por objetivo realizar uma análise comparativa entre o projeto político pedagógico (PPP) do curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Estadual do Paraná e os requisitos para o concurso de auditor fiscal da receita federal do Brasil, com vistas a observar se o PPP contempla os itens previstos no concurso. A proposta deste estudo se deve a uma pesquisa realizada entre os acadêmicos do curso, a qual evidenciou que uma parcela significativa dos discentes possui interesse pela área pública, em especial no concurso objeto de análise. Esta pesquisa consiste em um estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo, fez uso de pesquisa bibliográfica, documental e observação participante. Como resultado da análise dos elementos, observou-se que o PPP vigente no curso objeto de estudo, apresenta elementos que podem no máximo atingir uma pontuação aproximada de 119 pontos, a qual é inferior a pontuação mínima relativa às áreas de conhecimento Conhecimentos Específicos I e II, que juntas totalizariam aproximadamente 142 pontos, quando desconsiderada a área Conhecimentos Gerais.

Palavras-chaves: Projeto político pedagógico; ciências contábeis; auditor fiscal.

Abstract

The Accounting Sciences course provides to its former students a diversified activities group that can be provide by a professional of area, but research accomplished have been evidencing a specific demand for the public area. This study has for objective to accomplish a comparative analysis among the pedagogic political project (PPP) of the Accounting Sciences course of the Paraná State University, and the requirements for the federal

1 Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Foz do Iguaçu, Brasil.

2 Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Foz do Iguaçu, Brasil.

3 Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Foz do Iguaçu, Brasil.

4 Doutorando em Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e professor assistente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), campus Maringá, Brasil.

revenue tax auditor exam in Brazil, with objective to observe if PPP contemplate the present items in the exam. The proposal of this study is based in a research accomplished among the course academics, which evidenced that a significant portion of the students have interest for the public area, especially in the exam analysis object. This research consists of a case study, with exploratory and descriptive character, witch made use of bibliographical and documental research and participant observation. As analysis result of the elements it was observed that actual PPP in the study object course, presents elements that allow to reach an approached punctuation of 119 points, which is inferior the relative minimum punctuation to the areas of Specific Knowledge I and II, that join would result approximately 142 points, when inconsiderate the General Knowledge area.

Key words: Pedagogic political project; accounting sciences; tax auditor.

Introdução

Apesar de o curso de Ciências Contábeis proporcionar aos egressos um leque de atividades que podem ser desenvolvidas por um profissional da área, pesquisas realizadas evidenciam que os egressos têm optado por atuar no segmento público. Dentre estas pesquisas, menciona-se a realizada por Araujo e Santana (2008), os quais constatam que os alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UNB) em 69% dos casos optam pelo curso em função de acreditarem que ele possui potencial em lhes prepararem para concursos públicos.

Em função dos resultados observados na pesquisa de Araujo e Santana (2008), foi realizada uma enquete com os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Estadual do Paraná em março de 2009. A enquete indica que aproximadamente 68% dos acadêmicos têm interesse pela área pública. Dentre os concursos citados na enquete, o mais mencionado pelos acadêmicos foi o concurso de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

A partir do exposto, este estudo busca responder o seguinte questionamento: O Projeto político pedagógico do curso de Ciências Contábeis objeto de estudo, contempla o programa de avaliação requerido no concurso público de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil? Frente a este questionamento, este estudo busca atender ao seguinte objetivo: realizar uma análise comparativa entre o projeto político pedagógico (PPP) do curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Estadual do Paraná e os requisitos para o concurso

de auditor fiscal da receita federal do Brasil, com vistas a observar se o PPP do curso contempla os requisitos do concurso.

Este estudo foi realizado ao longo do ano de 2009 com início em março e término em dezembro. Dentre as dificuldades encontradas ao se desenvolver o estudo destaca-se o fato em setembro de 2009, quando divulgado o último edital para o concurso em análise, tal edital sofreu significativas alterações, conforme é descrito na seção 4 do estudo, e que todas as alterações do edital já foram contempladas na análise realizada neste estudo.

Como limitação do estudo, salienta-se que este se trata um estudo de caso exploratório e que os resultados obtidos neste estudo não podem ser adotados como uma realidade para os demais cursos de Ciências Contábeis do estado do Paraná. A não ser que esta pesquisa venha a ser reaplicada nas demais instituições e os resultados obtidos aqui se confirmem.

Este estudo foi estruturado em mais quatro seções, a saber: (a) revisão teórica a qual contempla elementos quanto às perspectivas da profissão contábil e ao projeto político pedagógico dos cursos; (b) elementos metodológicos que delinham o desenvolvimento do estudo, (c) análise comparativa entre o PPP e os requisitos para o concurso de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil; (d) considerações finais do estudo; e (e) referências adotadas.

Revisão teórica

Nesta seção são apresentados elementos relativos ao referencial teórico considerado essencial para o desenvolvimento deste estudo. Neste sentido,

foram abordados aspectos quanto a perspectivas da profissão contábil e ao projeto político pedagógico.

Perspectivas da profissão contábil

Com os avanços tecnológicos, as informações contábeis, passaram a ser geradas com maior rapidez e se tornaram essenciais às organizações na disputa pelo mercado. Para Couto, Caparroz e Gozer (2007, p. 23), “A contabilidade por ser uma ciência de informação, foi uma das áreas que mais evoluíram na última década para acompanhar a revolução tecnológica e os reflexos que estas mudanças trouxeram para o cotidiano das empresas”. Por isso, o profissional de contabilidade conquistou um espaço no cenário empresarial e governamental.

Para Marion (2006, p. 27), “a contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional. O estudante que optou por um curso superior de contabilidade terá inúmeras alternativas [...]”. Couto, Caparroz e Gozer (2007, p. 23) entendem que “enquanto no mercado de trabalho atual encontramos diversos profissionais que não conseguem aliar realização profissional e sucesso financeiro, a profissão de contador demonstra que, ao menos para esses profissionais isto é possível [...]”. As oportunidades para os profissionais de contabilidade são inúmeras como mencionado. Assim, um bacharel em Ciências Contábeis pode desenvolver atividades na área pública ou na privada.

Araujo e Santana (2008) analisaram as expectativas dos alunos de contábeis da Universidade de Brasília (UNB). A pesquisa apurou que a maioria deles desejam atuar na carreira pública. Araujo e Santana (2008, p. 7) apontam que “69,1% dos alunos respondentes da pesquisa afirmaram que pretendem exercer a profissão no serviço público”. Os autores acreditam que este cenário demonstra a preocupação com a segurança e a elevada exigência salarial dos alunos.

Os elementos apresentados evidenciam a procura por vagas no setor público. Queiroz

(2008) explica que este “interesse se justifica pelo fato de alguns salários públicos ultrapassarem os oferecidos pela iniciativa privada”. Douglas (2009) salienta que no setor público “há também outras vantagens: carga de trabalho razoável, aposentadoria diferenciada, plano de saúde, status, etc.”. Outro ponto que diferencia os dois setores é a estabilidade de emprego, uma vez cumprido o estágio probatório.

Douglas (2009) explica que a condição básica para ingressar no serviço público, é a aprovação no concurso público. Esta seleção é aberta e são convocados os candidatos que obterem melhor pontuação, dentro do número de vagas. Em alguns casos além das provas de conhecimento o candidato é submetido a outros tipos de testes, incluindo o físico. Queiroz (2008) observa que há 20 anos as pessoas que procuravam o setor público tinham em média 40 anos de idade, atualmente a faixa etária varia de 18 a 30 anos. Tal alteração na faixa etária se deve a não exigência de experiência em empregos anteriores.

Aspectos dos PPPS dos cursos na área de ciências contábeis

Ao se elaborar um PPP de um curso superior as Instituições de Ensino Superior observam a Diretriz Curricular Nacional. Para o curso de Ciências Contábeis a resolução CNE/CES 10/2004 institui as diretrizes curriculares. Nela são apresentadas informações sobre o perfil profissional esperado para o formando (competências e habilidades), componentes curriculares, entre outros.

Isso porque durante o curso os acadêmicos precisam adquirir conhecimento suficiente para realizar as ações de sua profissão. Neste sentido, a resolução CNE/CES 10/2004 menciona que o futuro contador deve possuir pelo menos as competências apresentadas no quadro 1. As competências mínimas do profissional contábil delineiam elementos para que ele tenha condições de desenvolver seu trabalho, sendo que ao longo de sua carreira ele deve adquirir novas, habilidades e competências.

Quadro 1. Perfil profissional esperado dos formandos

a) utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
b) demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
c) elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
d) aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
e) desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
f) exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
g) desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
h) exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Fonte: MEC (2009).

Quanto à organização curricular os cursos ao elaborarem os PPPs, buscam incorporar conteúdos que demonstrem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial de Comércio e pelas características das organizações governamentais. Neste sentido, o artigo 5º da CNE/CES 10/2004 observa a existência de campos interligados de formação: **Conteúdos de Formação Básica** – estudos relacionados com outras áreas do conhecimento; **Conteúdos de Formação Profissional** – estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade; e **Conteúdos de Formação Teórico Prática** – Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática, dentre outros. (MEC, 2009).

A resolução no artigo 2º prevê que cada instituição superior pode admitir linhas de formação específicas nas diversas áreas de Contabilidade, para melhor atender as demandas institucionais e sociais da região. Pires e Ott (2008) mencionam que as determinações da

CNE/CES 10/2004, possuem caráter amplo e flexível, e cada instituição define as disciplinas que compõem suas grades curriculares e a carga horária de cada uma, desde que os conteúdos curriculares sejam contemplados.

Pires e Ott (2008), a fim de identificar se existem divergências entre a estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil, realizaram uma pesquisa. Segundo os autores os organismos internacionais como: *International Federation of Accountants (IFAC)*, *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*, *Accounting Education Change Commission (AECC)* e o *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting / United Nations Conference on Trade and Development (ISAR/UNCTAD)*, possuem a preocupação em saber se as instituições formam profissionais contábeis capazes de atender às demandas do mercado. Por esta razão, estes órgãos emitem relatórios que revelam as competências que os alunos de contabilidade devem possuir ao ingressar no mercado.

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) se preocupa com a formação oferecida pelas instituições aos futuros profissionais. Por isso, o CFC criou uma comissão (Portaria CFC nº. 13/06, de 3/2/2006), para elaborar uma Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, a fim de auxiliar as instituições a elaborarem propostas individuais de PPP (CARNEIRO et al., 2008).

Carneiro et al. (2008) explicam que uma das principais demandas era uma proposta nacional de matriz curricular. A comissão criada pelo CFC elaborou e submeteu o modelo de proposta básica às instituições, para elas utilizarem o material como referência. A proposta de matriz curricular estruturada por Carneiro et al. (2008) auxilia as instituições a delinearem o curso. A proposta prevê a sincronia das disciplinas sobre uma ótica mais atual do contador, ao implantar matérias como contabilidade internacional, responsabilidade social, entre outras.

Metodologia

Toda pesquisa inicia-se a partir da escolha dos critérios que irão nortear o seu desenvolvimento. A delimitação dos procedimentos que serão utilizados auxilia no processo de fundamentação do trabalho, dando-lhe o alicerce estrutural para a construção dos demais capítulos.

Segundo Beuren e Raupp (2004, p.77), um “problema é concebido e estruturado, para ser investigado, afetará os resultados da pesquisa, inclusive poderão ser alcançadas respostas diferentes”. De acordo como Lakatos e Marconi (2005, p.165), “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato”.

O desenvolvimento desse trabalho reúne tanto características da pesquisa exploratória como da pesquisa descritiva. O caráter de exploração na temática segundo Beuren e Raupp (2004, p.80) se caracteriza “quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada”. A importância desse tipo de pesquisa nos trabalhos acadêmicos caracteriza-se pelo fato de que o tema-problema da pesquisa deve ser investigado sobre todas as concepções possíveis, a pesquisa exploratória é o ponto de partida de toda a investigação.

Considerando a temática da pesquisa, torna-se necessária a utilização de outro tipo de pesquisa, a descritiva. Martins (1990, p.23) afirma que a pesquisa descritiva “é aquela em que o pesquisador observa, registra, analisa, e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis)”. Este estudo realiza uma análise comparativa entre o PPP do curso em objeto de estudo os requisitos para o concurso de auditor fiscal da receita federal do Brasil, com vistas a observar se o PPP do curso contempla os requisitos do concurso de auditor fiscal da receita federal do Brasil. Nessa abordagem os aspectos descritivos da pesquisa estruturam o tema e o problema pesquisados.

As técnicas de pesquisa auxiliam no estudo da problemática do trabalho e definem a estrutura didática que será apresentada no estudo.

Esse trabalho utiliza-se das seguintes técnicas como procedimento metodológico: a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso, e análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica “discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc”. (SILVA, 2003, p.60).

Por este estudo contemplar um grupo específico de acadêmicos, ele se enquadra como estudo de caso. Cervo e Bervian (1996, p.50) fundamentam que o estudo de caso “é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade para examinar aspectos variados de sua vida”. A esse respeito Vergara (2004, p. 49) admite que “o estudo de caso é circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo”.

Por tanto, ao observar se o PPP do curso contempla os requisitos do concurso de auditor fiscal da receita federal do Brasil, adicionalmente torna-se possível observar se os discentes egressos têm condições de concorrer em uma vaga no citado concurso apenas com os conhecimentos obtidos na graduação. Por fim, Fachin (1993, p. 48) considera que a principal função do estudo e caso “é a explicação sistemática (fatos) que ocorrem no contexto social e geralmente se relacionam com uma multiplicidade de variáveis”. As várias variáveis serão responsáveis pelo resultado deste estudo, assim caso as variáveis alterem podem ser obtidos resultados distintos.

A análise de conteúdo segundo Bardin (2002, p. 38) é aplicada a “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Minayo (2003, p. 74) enfatiza que este tipo de análise busca verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto. Bardin (2002) complementa que a técnica visa obter, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens

(qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. Neste estudo em específico foi analisado o PPP do curso em estudo e o Edital 85/2009 do concurso de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB)

Neste estudo foi realizada a análise segundo a ótica qualitativa. Bauer e Gaskell (2002) afirmam que a pesquisa qualitativa é aquela que não utiliza números, mas interpreta a realidade social. Vieira e Zouain (2006, p. 18) complementam que “a pesquisa qualitativa geralmente oferece descrições ricas e bem fundamentadas, além de explicações sobre processos em contextos locais identificáveis”. Para tabular as informações apresentadas no PPP e no edital da AFRFB, foram utilizadas planilhas eletrônicas.

Análise comparativa entre o PPP do curso de ciências contábeis objeto de estudo e o requisitos para o concurso de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil

O curso de Ciências Contábeis objeto de estudo é um dos cursos de graduação mais antigos da Universidade, desde 1979 eram ofertadas vagas no exame vestibular para a comunidade. A autorização do curso, veio por meio de Decreto Federal em 1979, seu reconhecimento se deu pela Portaria Ministerial de 1983. Anualmente são ofertadas, por meio de exame vestibular, 40 (quarenta) vagas no período noturno para o curso; e o tempo mínimo para conclusão deste é de 5 (cinco) anos, e o máximo de 7 (sete).

Conforme descrito no projeto político pedagógico, os objetivos do curso de Ciências Contábeis frente à formação acadêmica são:

- possibilitar uma sólida fundamentação teórico-prática, que permita uma atuação

profissional competente e em sintonia com o contexto sócio-econômico e cultural em que estiver inserido;

- apresentar conceitos e práticas que permitam o domínio da contabilidade financeira e das obrigações fiscais, tributárias e societárias pertinentes as entidades;
- construir conhecimento a partir de uma metodologia que permita a reflexão sobre o porquê fazer em contabilidade, ao invés de simplesmente executar rotinas pré-estabelecidas.
- fomentar o estudo dos aspectos gerenciais que envolvem as entidades, buscando, sob a ótica da contabilidade, formar um profissional capaz de prover os gestores com informações úteis no processo de tomada de decisão;
- propiciar o estudo dos segmentos econômicos regionais, especialmente aqueles relacionados à economia da microrregião onde está estabelecido o campus que oferta o curso;
- promover a pesquisa e o desenvolvimento da ciência contábil.

De acordo com estes objetivos, é criada a matriz curricular, e com base nela se molda o perfil do profissional que será colocado à disposição do mercado.

Salienta-se que é a partir das disciplinas contidas desta matriz, quadro 2, bem como suas respectivas ementas, é que são realizadas as correlações com relação às matérias exigidas no concurso de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, a fim de verificar compatibilidade entre ambos (PPP e requisitos para o concurso).

Quadro 2. Distribuição anual das disciplinas – ingressantes em 2007

Código	Disciplinas	Pré requisito Código	Carga Horária			Forma de Oferta
			Total	Teórica	Prática	Sem/Anual
1º ano						
1	Contabilidade Geral I		136	136	-	Anual
2	Administração Geral		136	136	-	Anual
3	Noções de Direito		68	68	-	Anual
4	Economia		136	136	-	Anual
5	História do Pensamento Contábil		68	68	-	Anual
6	Matemática Financeira		68	68	-	Anual
7	Pesquisa em Contabilidade		68	68	-	Anual
	Sub-total		680	680	-	
2º ano						
8	Contabilidade Geral II	1	136	68	68	Anual
9	Contabilidade Informatizada		68	-	68	Anual
10	Contabilidade de Custo	1	136	68	68	Anual
11	Direito Aplicado		136	136	-	Anual
12	Sociologia		68	68	-	Anual
13	Contabilidade e Orçamento Público	1	136	136	-	Anual
	Sub-total		680	476	204	
3º ano						
14	Contabilidade Societária	8	136	68	68	Anual
15	Sistemas Contábeis		68	-	68	Anual
16	Filosofia		68	68	-	Anual
17	Contabilidade Tributária	8	136	68	68	Anual
18	Estatística		68	68	-	Anual
19	Análise de Custo e Orçamento Empresarial	10	136	68	68	Anual
20	Práticas em Contabilidade		68	-	68	Anual
	Sub-total		680	340	340	
4º ano						
21	Perícia Contábil	8	68	68	-	Anual
22	Auditoria Contábil	8	68	68	-	Anual
23	Contabilidade Gerencial	19	136	68	68	Anual
24	Análise das Demonstrações Contábeis	14	136	68	68	Anual
25	Pesquisa em Contabilidade II		68	-	68	Anual
26	Psicologia		68	68	-	Anual

(continua)

(conclusão)

Código	Disciplinas	Pré requisito Código	Carga Horária			Forma de Oferta
			Total	Teórica	Prática	Sem/Anual
4º ano						
27	Estágio Supervisionado	20	136	-	136	Anual
	Sub-total		680	340	340	
5º ano						
28	Teoria da Contabilidade		68	68	-	Anual
29	Ética Geral e Profissional		68	68	-	Anual
30	TCC		204	-	204	Anual
31	Ciências Política		68	68	-	Anual
32	Noções de Atuárias para Contadores		68	68	-	Anual
33	Optativa I	8	68	68	-	Anual
34	Optativa II	8	68	68	-	Anual
35	Optativa II	8	68	68	-	Anual
	Sub-total		680	476	204	
Atividades acadêmicas complementares			170			
Total			3570	2312	1088	

Fonte: PPP do Curso objeto de estudo alterando em 2007.

No quadro 2, é observado o encadeamento das disciplinas nas cinco séries, bem como a carga horária teórica e prática, a qual os discentes ao entrarem no curso são submetidos. A carga horária total do curso compreende 3.570 horas-aula, sendo 170 horas destinadas às atividades acadêmicas complementares.

A elaboração e aplicação das provas referente ao concurso de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB) são realizadas pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), este órgão responde pelas várias etapas do processo seletivo. Recentemente, a ESAF publicou Edital 85/2009 que orienta sobre abertura de vagas para o cargo de AFRFB. Este edital, publicado em 18 de setembro de 2009, se comparado aos anteriores, sofreu significativas alterações. Até o ano de 2005, a Receita Federal do Brasil disponibilizava suas vagas, distribuída por áreas de concentração, sendo que em 2003 houve abertura de vagas para as áreas Auditoria, Aduana e Política e Administração Tributária e no ano de 2005 (penúltimo edital) para as áreas de Tributária/Aduaneira e Tecnologia da Informação. Estas vagas até o penúltimo edital também eram distribuídas por Regiões Fiscais.

Entretanto, de acordo com o último edital deixou de existir a concentração de áreas, passando a serem ofertadas vagas gerais. Dessa forma, após o candidato ter sido aprovado este terá sua atuação vinculada à necessidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil, podendo atuar em diversas áreas tais como: Fiscalização, Aduana e Relações Internacionais, Gestão Corporativa, Arrecadação e Atendimento e Tributação, entre outros. A figura da Região Fiscal, também, deixou de existir, assim o candidato ao se inscrever no concurso de AFRFB deverá optar por vagas de âmbito nacional, não podendo escolher o estado que deseja desempenhar sua função caso aprovado.

Outra alteração ocorrida, a partir do edital 85/2209, foi à implantação da Prova Discursiva, de caráter seletivo, eliminatório e classificatório. Segundo o edital 85/2009, serão aplicadas duas provas discursivas, uma delas será realizada tendo por base um tema e a outra será apresentada sob a forma de duas questões. Os temas e as questões das provas versarão sobre as disciplinas de: Direito Constitucional e Administrativo, Direito Tributário, Comércio Internacional, Auditoria, Administração Pública e Economia e Finanças Públicas.

Dessa forma, o novo edital estabelece as seguintes etapas para o concurso de AFRFB: Primeira Etapa – realização da prova objetiva (Conhecimentos Gerais, Específicos I e Específicos II) e prova discursiva, ambas, de caráter seletivo, eliminatório e classificatório. Segunda Etapa – Sindicância de vida Progressiva, caráter unicamente eliminatório e Programa de Formação, de caráter apenas eliminatório, ao qual serão submetidos somente os candidatos habilitados e classificados na primeira etapa do processo seletivo, bem como na Sindicância de vida Progressiva.

Atualmente, as provas referentes ao concurso de AFRFB são distribuídas em três partes, sendo estas: (a) Conhecimentos Gerais; (b) Conhecimento Específico I e (c) Conhecimentos Específicos II. No Quadro 3, são apresentadas as matérias, exigidas pelo edital de 2009. Em relação ao quadro 3, observa-se na coluna “pontuação ponderada”, na parte “Máxima por prova”, o peso que cada área de Conhecimento representa no conjunto da avaliação. Assim, constata-se que 110 pontos (31,40% da prova) encontram-se contidos nos Conhecimentos Gerais, 120 pontos (34,30% da prova) contidos no Conhecimento Específico I e 120 pontos (34,30% da prova) contidos em Conhecimento Específicos II, perfazendo um total de 350 pontos (100% da prova).

No grupo de Conhecimentos Gerais, existem matérias que valem de um a dois pontos, ao todo são 70 questões, distribuídas nas matérias do grupo. Nos Conhecimentos Específicos I e Conhecimentos Específicos II, cada questão equivale a dois pontos, ao todo são 60 questões para cada grupo, distribuídas entre as matérias. Cabe mencionar que em cada matéria das partes (a), (b) e (c), o candidato ao concurso de AFRFB precisa acertar no mínimo 40% das questões, no conjunto das três áreas de Conhecimento, o candidato precisará obter ao menos 210 pontos ponderados, ou seja, 60% da prova, conforme apresentado, Quadro 3. Caso isso não ocorra, o candidato será eliminado do concurso de AFRFB.

Dessa maneira, conforme Quadro 3, definem-se para este estudo as seguintes matérias: (a) Conhecimentos Gerais: Língua Portuguesa (D1), Espanhol ou Inglês (D2), Raciocínio Lógico-Quantitativo (D3) e Direito: Civil, Penal e Comercial (D4); (b) Conhecimentos Específicos I: Direito: Constitucional e Administrativo (D5), Direito Previdenciário (D6), Direito Tributário (D7) e Comércio Internacional (D8); (c) Conhecimentos Específicos II: Contabilidade Geral e Avançada (D9), Auditoria (D10), Administração Pública (D11) e Economia e Finanças Públicas (D12). Definidas as matérias, parte-

Quadro 3. Matérias exigidas no concurso afrfb de 2009

Provas	Disciplinas	Nº de questões	Peso	Pontuação ponderada		
				Mínima Por Disciplinas	Máxima por prova	Mínima do conjunto das provas 1,2 e 3
1 Conhecimentos Gerais	D1 - Língua Portuguesa	20	2	16	110	210
	D2- Espanhol ou Inglês	10	1	4		
	D3- Raciocínio Lógico - Quantitativo	20	2	16		
	D4- Direito: Civil, Penal e Comercial	20	1	8		
2 Conhecimentos Específicos	D5 – Direito: Constitucional e Administrativo	20	2	16	120	
	D6- Direito Previdenciário	10	2	8		
	D7- Direito Tributário	20	2	16		
	D8 – Comércio Internacional	10	2	8		
Conhecimentos Específicos II	D9 - Contabilidade Geral e Avançada	20	2	16	120	
	D10 – Auditoria	20	2	16		
	D11 – Administração Pública	10	2	8		
	D12 – Economia e Finanças Públicas	10	2	8		

Fonte: Adaptado Edital ESAF nº 85/2009.

se, então, para análise dos conteúdos requeridos no concurso de AFRFB, extraído do edital 85/2009 e sua comparação com a matriz curricular do curso de Ciências objeto de estudo. Para a realização da análise comparativa, foram observadas as ementas das disciplinas, quadro 4.

Cabe ressaltar que as disciplinas do curso de Ciências Contábeis objeto de estudo apresentadas nesta comparação, Quadro 4, são aquelas disciplinas que de acordo com suas respectivas ementas, possuem objetos de estudo próximos, ou, os mesmos dos conteúdos requerido por meio das matérias da avaliação do concurso de AFRFB. Assim, evidencia-se a compatibilidade entre os conteúdos conforme quadro 5.

De acordo com o Quadro 5, observando às comparações realizadas no Quadro 4, tendo por base as ementas das disciplinas, verifica-se que as matérias de: Língua Portuguesa (D1), Inglês ou Espanhol (D2), Comércio Internacional (D8) e (D11) - Administração Pública requeridos na avaliação do concurso de AFRFB, não são contempladas no PPP do curso de Ciências Contábeis objeto de estudo.

As matérias de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira também não são contempladas no curso de Ciências Contábeis objeto de estudo. Sugere-se que as disciplinas podem vir a ser ofertadas no formato de disciplina optativa. Ou caso haja a impossibilidade de oferecer tais disciplinas neste formato, sugere-se que o Centro

Quadro 4. Quadro comparativo: matérias do concurso afrfb versus disciplinas do curso de ciências contábeis objeto de estudo

Matérias do concurso AFRFB	Disciplinas contidas na Matriz curricular do curso de Ciências Contábeis objeto de estudo	Ementa das Disciplinas do curso de Ciências Contábeis objeto de estudo
D1 - Língua Portuguesa	-	-
D2 - Inglês ou Espanhol	-	-
D3 – Raciocínio Lógico-Quantitativo	Matemática Financeira (1º ano)	Estudo de conceitos básicos para compreensão do fenômeno financeiro auxiliando na tomada de decisões em operações financeiras.
	Estatística (3º ano)	Estudo da estatística como elemento auxiliar na aplicação de trabalhos e levantamentos estatísticos para tomada de decisões na contabilidade.
D4 –Direito: Civil, Penal e Comercial	Noções de Direito (1º ano)	Estudo das noções elementares de Direito, consubstanciado no Direito Constitucional e no Direito Civil.
	Direito Aplicado (2º ano)	Estudo dos subsídios necessários para a correta interpretação da legislação comercial e societária, da legislação trabalhista e previdenciária, com base na Constituição Federal e legislações próprias.
D5 - Direito Constitucional e Administrativo	Noções de Direito (1º ano)	Estudo das noções elementares de Direito, consubstanciado no Direito Constitucional e no Direito Civil.
D6 - Direito Previdenciário	Direito Aplicado (2º ano)	Estudo dos subsídios necessários para a correta interpretação da legislação comercial e societária, da legislação trabalhista e previdenciária, com base na Constituição Federal e legislações próprias.
D7 – Direito Tributário	Contabilidade Tributária (3º ano)	Conceituação e aplicação da legislação tributária aplicada à contabilidade e técnicas de planejamento tributário que influenciam o resultado das empresas.
D8 – Comércio Internacional	-	-
	Contabilidade Geral I (1º ano)	Estudo da evolução do conhecimento contábil, da estrutura conceitual contábil e do processo de estruturação, com a finalidade de gerar informações.
	Contabilidade Geral II (2º ano)	Estudo dos fatos contábeis ocorridos numa empresa que afetam ou venham a afetar a situação patrimonial, demonstrando as transformações ocorridas na empresa.
D9 – Contabilidade Geral e Avançada	Contabilidade Societária (3º ano)	Estudo dos fundamentos da atividade comercial demonstrando as formas de constituição das sociedades e suas implicações com a Contabilidade.
	Auditoria Contábil (4º ano)	Estudo da auditoria contábil com embasamento teórico e prático voltado para o exame e análise crítica das mutações patrimoniais.
D10 – Auditoria	-	-
D11 – Administração Pública	-	-
D12 – Economia e Finanças Públicas	Economia (1º ano)	Estudo da evolução da economia como ciência, o sistema econômico, evolução e análise da economia.
	Contabilidade e Orçamento Público (2º ano)	Estudo da vivência de casos e situações peculiares no desenvolvimento da contabilidade pública e do orçamento público visando conduzir os acadêmicos na identificação dos conceitos básicos relativos à entidades públicas.

Fonte: Dados primários.

de Educação e Letras da universidade, ofereçam estas disciplinas com enfoque direcionado à área técnica, ou seja, português, espanhol e inglês instrumental, por meio de projeto de ensino ou por projeto de extensão.

Quadro 5. Compatibilidade entre matérias do concurso de afrfb, versus disciplinas do curso de ciências contábeis objeto de estudo

Provas/ Grupos	Matérias concurso AFRFB, área Auditoria	Matérias compatí- veis	Maté- rias com compati- bilidade PARCIAL	Matérias SEM com- patibili- dade
(a)	D1 - Língua Portuguesa			X
	D2 - Inglês ou Espanhol			X
	D3 – Raciocínio Lógico – Quantitativo		X	
	D4 – Direito: Civil, Penal e Comercial		X	
(b)	D5 – Direito: Constitucional Administrativo		X	
	D6 - Direito Previdenciário	X		
	D7 – Direito Tributário		X	
	D8 – Comércio Internacional			X
(c)	D9 – Contabilidade Geral e Avançada	X		
	D10 – Auditoria	X		
	D11 - Administração Pública			X
	D12 – Economia e Finanças Públicas	X		

Fonte: Dados primários.

No que se refere às matérias de Comércio internacional e administração pública, este estudo sugere duas ações distintas, a saber: (a) com relação ao comércio internacional recomenda-se a análise da viabilidade de esta disciplina passar a ser ofertada enquanto optativa no curso, não apenas em função da demanda do concurso, mas por tais conhecimentos estarem alinhados a tendência de internacionalização das normas contábeis; (b) com relação à administração pública, sugere-se que estes conhecimentos fossem absorvidos pela disciplina de contabilidade pública, para tanto deveria haver um aumento na carga horária da disciplina, a qual passaria de 136 horas, para 204 horas.

No que se referem às disciplinas com compatibilidade parcial: D3 – Raciocínio Lógico – Quantitativo, D4 – Direito: Civil, Penal e Comercial,

D5 – Direito: Constitucional Administrativo, D6 – Direito Previdenciário, D7 – Direito Tributário, buscou-se sugerir também algumas ações. Com relação à matéria da área de Raciocínio Lógico, ao se analisar os conteúdos selecionados pelo concurso observa-se que eles têm relação com as disciplinas de Matemática Financeira e Estatística, sendo que efetivamente deixam de ser objeto do curso a apenas os conhecimentos vinculados a raciocínio lógico. Neste sentido sugere-se que o Centro de Engenharia e Ciências Exatas ofereça ou no formato de projeto de extensão, ou de projeto de ensino uma disciplina que contemple os elementos efetivamente relacionados com a área de Raciocínio Lógico.

No que se refere à matéria vinculada a área de Direito: Civil, Penal e Comercial, observou-se ao analisar o PPP do curso que a disciplina de Noções de Direito aborda elementos relativos ao direito civil, e a disciplina de Direito Aplicado aborda aspectos vinculados ao direito comercial, ficando sem correspondência apenas a matéria relacionada ao direito penal. Assim, recomenda-se novamente que os conhecimentos vinculados a esta áreas poderiam ser ofertados no formato de projeto de extensão, ou de projeto de ensino, e tal procedimento poderia ser articulado pelo centro de Ciências Sociais Aplicadas.

Com relação à matéria vinculada ao Direito Constitucional e ao Direito Administrativo, observa-se que a disciplina de Noções de Direito contempla parcialmente as matérias objeto de estudo nesta área ao abordar os elementos relativos ao direito constitucional. Por isso, para abranger os elementos relativos ao direito administrativo sugere-se que a carga horária da disciplina seja revista de 68 horas para 102 horas.

No que se referente aos conteúdos contidos na matéria de Direito Tributário, no curso de Ciências Contábeis objeto de estudo, existe a disciplina de Contabilidade Tributária, entretanto, esta disciplina não atende totalmente o conhecimentos solicitados no edital do concurso. Isso ocorre, uma vez que, na disciplina de Contabilidade Tributária os discentes recebem orientações voltadas ao

planejamento tributário das empresas, por isso, parte dos conteúdos contidos especificamente no Direito Tributário não são objetos de análise. Assim, recomenda-se que o curso de Ciências Contábeis objeto de estudo, inclua na matriz curricular do curso, a disciplina de Direito e Legislação Tributária, a qual está contida na proposta de conteúdos realizada pelo CFC. Dessa maneira, além de estar se preparando para o concurso de AFRFB o discente estaria recebendo conhecimento mais detalhado sobre a área, o que pode proporcionar um melhor entendimento e desenvolvimento perante a disciplina de Contabilidade Tributária.

Os conteúdos contidos nas matérias de Direito Previdenciário (D6), Contabilidade Geral e Avançada (D9), Auditoria (D10) e Economia e Finanças Públicas (D12), são atendidas totalmente no curso de Ciências Contábeis objeto de estudo, conforme ementa das disciplinas apresentadas no PPP do curso.

Considerações finais

Este estudo se desenvolveu com intuito de responder ao seguinte questionamento: O Projeto político pedagógico do curso de Ciências Contábeis objeto de estudo, contempla o programa de avaliação requerido no concurso público de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil?. Para responder tal questionamento este estudo realizou uma análise comparativa entre o projeto político pedagógico (PPP) do curso de Ciências Contábeis objeto de estudo e os requisitos para o concurso de auditor fiscal da receita federal do Brasil, a fim de observar se o PPP do curso contempla os requisitos do concurso.

De acordo com a pesquisa realizada, o PPP do curso objeto de estudo apresentou elementos vinculados a três cenários, a saber: existem matérias do concurso que são atendidas na íntegra pelo PPP, existem matérias que são atendidas de modo parcial pelo PPP e existem matérias que não são atendidas pelo PPP. Todavia, para apresentar uma resposta mais pontual ao questionamento que conduz o desenvolvimento deste estudo optou-se por segmentar as áreas de conhecimento em: (a)

Conhecimentos Gerais; (b) Conhecimento Específico I e (c) Conhecimentos Específicos II, as quais são requeridas no concurso de AFRFB.

Desse modo, pode-se analisar em termos percentuais o quanto o curso de Ciências Contábeis objeto de estudo, contribui em relação à preparação do discente para o concurso. Para realizar esta análise foram selecionadas apenas as disciplinas em que os conteúdos segundo o previsto no PPP são atendidos em sua totalidade, ou seja, não foram objeto de análise as seguintes matérias: D1 - Língua Portuguesa, D2 - Inglês ou Espanhol, D8 – Comércio Internacional, D11 - Administração Pública, D3 – Raciocínio Lógico – Quantitativo, D4 – Direito: Civil, Penal e Comercial, D5 – Direito: Constitucional Administrativo, D7 – Direito Tributário

Em relação às matérias atendidas na íntegra, quando confrontadas com a pontuação total possível de 350 pontos, observou-se que na área áreas de conhecimento (b) Conhecimento Específico I, na qual é possível atingir no total 120, o PPP do curso objeto de estudo possibilita atingir 16,60% dos pontos possíveis, o que representa aproximadamente 19 pontos. Já no que se refere à área de conhecimento (c) Conhecimentos Específicos II, na qual é possível atingir no total 120, o PPP do curso objeto de estudo possibilita atingir 83,40% dos pontos possíveis, o que representa aproximadamente 100 pontos. Como a área de conhecimento (a) Conhecimentos Gerais, se fere apenas a elementos que não são atendidas ou são atendidas parcialmente pelo PPP do curso, a respectiva pontuação na área não foi considerada.

Assim, a análise realizada gera a possibilidade de afirmar que o PPP vigente no curso objeto de estudo, apresenta elementos que podem no máximo atingir uma pontuação aproximada de 119 pontos, a qual é inferior a pontuação mínima conjunto relativa às duas áreas de conhecimento (b) e (c), as quais totalizariam, quando desconsiderada a área (a), aproximadamente 142 pontos.

Cabe mencionar, que o apontamento em relação aos resultados foi obtido tendo por base o PPP do curso. Assim, ao se realizar a leitura destes resultados, deve-se compreender que as comparações realizadas, foram feitas com base

apenas na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis objeto de estudo e nas ementas apresentadas neste documento. Portanto, considera-se que possam ocorrer divergências dos resultados anunciados pela pesquisa, considerar-se outras variáveis, como por exemplo, a real transmissão dos conteúdos realizados pelo corpo docente, o grau de aproveitamento do acadêmico, dentre outros.

A partir do exposto, recomenda-se para futuros trabalhos realizar uma nova análise comparativa entre os requisitos do concurso e o curso de Ciências Contábeis objeto de estudo, mas sob um novo enfoque, neste caso segundo a percepção dos acadêmicos do curso, analisando elementos quanto ao aproveitamento das disciplinas ministradas.

Referências

- ARAUJO, M. D. C.; SANTANA, C. M. Análise das percepções e expectativas dos alunos de Ciências Contábeis na Universidade de Brasília quanto ao perfil do professor e inserção no mercado de trabalho. **8º Congresso USP Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/lista-trabalhos-aprovados.asp?>>. Acesso em: 01 de mar. 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis, Vozes: 2002.
- CARNEIRO, J. D. (Org.); RODRIGUES, A. T. L.; BUGARIM, M. C. CAVALCANTE; MORAIS, M. L. S.; FRANÇA, José A. de; BOARIN, José Joaquim. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- COUTO, D. C. S.; CAPARROZ, S. G.; GOZER, I. C. O mercado de trabalho para o graduado em Ciências Contábeis. **Revista do CRCPR**, Paraná, ano 32, n. 148, p.23-27, 2º quadrimestre de 2007.
- DOUGLAS, W. **Concurso Público: uma boa opção para você**. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/comopassar/123>>. Acesso em: 29 mar.2009.
- Edital ESAF nº 85/2009. **Concurso Público para Auditor-Fiscal da Receita Federal**. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/concursos/concursos_selecoes/AFRFB-2009/Editais/Edital_85_AFRFB.pdf>. Acesso em: 25 set. 2009.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 1990.
- MEC, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 10, de 16.12.2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 10 de fev.2009.
- MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003
- PIRES, C. B.; OTT E. Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis no Brasil versus Estrutura Curriculares propostas por organismos internacionais. **8º Congresso USP Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/lista-trabalhos-aprovados.asp?>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis. Juarez Domingues Carneiro (coordenador)... [et al.] – Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/Proposta_Nacional_de_Conteudo.pdf>. Acesso em 10 de fev.2009.

QUEIROZ, R. Crachá estatal. **Revista Você/SA**, 116. ed, p.24, fev. 2008.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M.. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, M. F. V.; ZOUAIN, D. M (Org.). 2. ed. **Pesquisa qualitativa em administração.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.